

## FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO

### COMISSÃO ESPECIAL DE MONITORAMENTO E SISTEMATIZAÇÃO

#### PROPOSTA DE EMENTAS DOS COLÓQUIOS - CONAE 2014

As ementas dos colóquios têm como objetivo indicar o campo temático de exploração conceitual para que debatedores convidados contribuam, oferecendo aos delegados subsídios para uma reflexão qualificada no processo de deliberação durante a Conae-2014. As emendas apresentadas ao Documento-Referência pela sociedade brasileira serão sistematizadas pela Comissão Especial de Monitoramento e Sistematização do Fórum Nacional de Educação, condensadas no Documento-Base, debatidas e votadas nas plenárias de eixo e final. Portanto, as contribuições teóricas, legislativas e políticas trazidas pelos palestrantes, na ocasião dos colóquios, devem estar articuladas ao respectivo eixo temático e ao tema central da CONAE-2014.

#### EIXO I - O PNE E O SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO: ORGANIZAÇÃO E REGULAÇÃO

**Ementa** – Organização e Planejamento da Educação Nacional: concepção de Sistema Nacional de Educação e de Plano Nacional de Educação. Educação como Direito no Brasil e Padrão de Qualidade. Antecedentes históricos do Planejamento Educacional no Brasil. PNE como política de Estado e sua relação com o Direito à Educação. Regime de Colaboração e Cooperação Federativa. Sistema Nacional de Educação: concepção de descentralização, pluralidade, unidade e autonomia: papéis, políticas, articulação e responsabilidades dos entes federados. Educação e escola: regulamentação e processos de regulação nacional e subnacionais. Articulação entre níveis, etapas e modalidades educacionais: abordagem sistêmica da educação.

**Colóquio 1.1 - O sistema nacional de educação, a articulação federativa e o papel do Estado democrático na garantia do direito a educação.**

**Ementa** - Sistema Nacional de Educação: concepção, composição e finalidades na busca da unidade republicana do Estado. Educação nacional e diversidade cultural e institucional da sociedade brasileira. Regulamentação dos dispositivos constitucionais da Cooperação Federativa e do Regime de Colaboração, para o cumprimento do papel do Estado na regulação e na garantia do direito à educação. Princípios constitucionais que regem o direito humano à educação escolar com qualidade e a importância da LDB e das demais matérias legislativas e normativas na regulação da educação escolar no Brasil. Gestão democrática da educação como princípio ordenador da política de Estado. Papel do Estado na garantia da igualdade de direitos e valorização das diferenças nas escolas.

**Colóquio 1.2 - Responsabilidades, corresponsabilidades, atribuições concorrentes, complementares e colaborativas entre os entes federados e os sistemas de ensino na elaboração e implementação dos planos decenais de educação.**

**Ementa** – Institucionalização da cultura do planejamento da educação no Brasil. Plano Nacional de Educação e planos decenais correspondentes articulados. Planos como agendas de responsabilidades próprias e corresponsabilidades comuns e partilhadas no contexto de uma política e diretrizes nacionais de educação. Necessidade de planejamento articulado entre os entes federados para a oferta de educação com qualidade social. Dimensão estratégica do processo de planejamento articulado na construção do Regime de Colaboração. Ações integradoras para a articulação e efetivação do Regime de Colaboração entre os entes federados. Consórcios e arranjos educacionais territoriais, verticais ou horizontais, descendentes e ascendentes, entre entes federados na efetivação do regime de colaboração.

**Colóquio 1.3 - Diretrizes e mecanismos de articulação entre planejamento normativo, estratégico e operacional no âmbito do Sistema Nacional de Educação em articulação com os sistemas de ensino.**

**Ementa** – Articulação entre conceitos de sistema e de planejamento educacional (normativo e estratégico). Histórico da cultura institucional e da prática de planejamento na educação brasileira: concepção participativa e mobilizadora; estratégias de Análise das fragmentações nas responsabilidades federativas; condicionantes sociais e econômicos ao cumprimento do efetivo direito à educação. Superação da fragmentação e ruptura das ofertas de matrículas por esfera federativa; relação entre matrícula, evasão e desempenho dos estudantes da educação básica, profissional e superior. Estabelecimento de Indicadores abrangentes para o monitoramento público do efetivo direito à educação.

**Colóquio 1.4 - Sistema Nacional de Educação e o papel da União: Coordenação da política nacional, colaboração, ação supletiva, políticas compartilhadas e estabelecimento de diretrizes e normas gerais.**

**Ementa** - Diretrizes nacionais e normas gerais de competência privativa da União: o Congresso Nacional, o MEC e o Conselho Nacional de Educação: suas funções legislativa, normativa e administrativa. Papel da União na elaboração e na articulação da política nacional de educação. Sistema Nacional de Educação e subsistemas nacionais de avaliação, desenvolvimento curricular, produção e disseminação de indicadores educacionais, planejamento e gestão e formação e valorização profissional. O lugar da educação na história do Estado brasileiro: articulação interministerial, fragmentação das responsabilidades educacionais, guerra fiscal e redução ou isenção de impostos e tributos na esfera federal. Conceito de articulação do sistema; diferença entre articulação, dependência, cooperação e colaboração.

**Colóquio 1.5 - Responsabilidades, competências e colaboração no acompanhamento e avaliação dos Planos Decenais de Educação: Papel do Parlamento, Conselhos e Fóruns de Educação.**

**Ementa** – Principais fragilidades atuais no processo de implementação dos planos decenais (nacional, estaduais, distrital e municipais). Papéis próprios do Parlamento, do Conselho Nacional de Educação e do Fórum Nacional de Educação na definição de normas, metodologias e indicadores para o acompanhamento contínuo e avaliação periódica do alcance das metas. O Plano Nacional de Educação e os planos decenais: avaliação, histórico, vigência e perspectivas futuras, posicionamentos dos poderes legislativo, executivo e judiciário. Processos (legais e administrativos) de ajustes das metas e estratégias aos dados da realidade, com base nos resultados da avaliação. Acompanhamento dos programas de governo (quatro esferas) para efetivação das estratégias de realização das metas. Mecanismos de controle social e indicadores nacionais, estaduais e municipais para o acompanhamento e avaliação dos planos decenais (PNE, PEEs e PMEs).

**Colóquio 1.6 - Sistema Nacional, planejamento e gestão da educação: Planos Plurianuais e Planos de Ações Articuladas na execução dos Planos Decenais de Educação.**

**Ementa** - O novo PNE e as contribuições advindas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e das ações educacionais exitosas dos governos estaduais, do Distrito Federal e municipais. Importância dos indicadores educacionais no planejamento plurianual (dos entes federados) articulado e na gestão educacional. Efetividade das estratégias de descentralização de ônus e bônus (responsabilidades e recursos). e suas implicações na educação escolar. Estratégias de enfrentamento ao autoritarismo no planejamento e na gestão educacional. Participação responsável de agentes sociais: co-responsabilização, cooperação e colaboração no planejamento (PNE/PPAs, PDE/PARs, PEEs, PMEs, PDEs/Escola e PTAs) e execução de políticas educacionais nacionais, estaduais, municipais e escolares.

### **Colóquio 1.7 - Setor privado e educação: Função social, participação, regulação e controle social.**

**Ementa** - Base legal da oferta da educação pelo setor privado. Liberdade de ensino e a garantia do Estado ao direito universal de acesso à educação de qualidade. Controle social da educação privada. Instâncias de decisões coletivas no setor privado: grêmios, diretórios/centros acadêmicos, diretório central dos estudantes, associação de pais, sindicatos de trabalhadores; controle legal e regulação do setor privado. “Papel do estado no credenciamento de instituições de ensino, na autorização e de reconhecimento de cursos, na regulação e supervisão da oferta de educação pelo setor privado (nas modalidades presencial e a distância)”. O financiamento público da educação privada e o financiamento privado da educação pública. Controle social e regulação da gestão privada da educação pública. Regulação das PPPs no campo educacional e empresas estrangeiras na oferta educativa.

### **Colóquio 1.8 - Regime de Colaboração entre sistemas de ensino e organização da educação nacional.**

**Ementa:** Competências comuns e competências privativas das unidades da federação, responsabilidades, co-responsabilidades e funções educacionais de cada sistema de ensino: federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal. Papel dos órgãos administrativos, normativos e de controle social dos sistemas de ensino na definição e cumprimento das competências, responsabilidades e co-responsabilidades dos sistemas de ensino. Mecanismos e instrumentos de cooperação e colaboração. Efetivação do regime de colaboração entre órgãos normativos dos sistemas de ensino.

### **Colóquio 1.9 - Abordagem sistêmica da educação, autonomia universitária e a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão.**

**Ementa** - Visão sistêmica da educação nacional: articulação entre os diferentes níveis, etapas e modalidades e entre os sistemas de ensino. Autonomia das escolas públicas: limites e responsabilidades. Regulamentação da autonomia universitária: bases deliberativas da gestão do ensino superior; conselhos

superiores; colegiado de cursos; participação estudantil e dos trabalhadores da educação superior. Fundamentos e práticas da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Financiamento e qualidade da extensão, ensino e pesquisa universitária.

## **EIXO II – EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE: JUSTIÇA SOCIAL, INCLUSÃO E DIREITOS HUMANOS.**

**Ementa** - Justiça social, Direitos humanos, diversidade e educação. Direitos humanos e direito à diversidade nas políticas públicas educacionais: negros, indígenas, quilombolas, povos do campo, pessoas com deficiência, gênero, diversidade sexual e EJA. Estado, políticas públicas, igualdade social e diversidade: articulação entre as políticas universais e as políticas de ações afirmativas na correção de injustiças históricas. Movimentos sociais, inclusão, participação popular e controle público nas lutas pela afirmação da diversidade e pela superação das desigualdades. Diretrizes e políticas nacionais de direitos humanos, direito à educação e à diversidade: o papel dos entes federados. Avanços e limites na garantia dos direitos humanos na educação: desafios à justiça social. Cultura da paz, diálogo e resolução de conflitos: políticas e práticas de superação da violência.

### **Colóquio 2.1 - Políticas de Ações Afirmativas e a garantia de condições de permanência na escola.**

**Ementa** - Promoção de políticas e programas na escola que disseminem valores éticos de respeito à dignidade da pessoa humana, com abordagem relativa aos direitos humanos e à diversidade de etnias. Conceito de ação afirmativa. Histórico da implementação das ações afirmativas no mundo. Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. Estatuto da Igualdade Racial. Políticas de cotas (Lei nº 12.711/2012, regulamentado pelo Decreto nº 7824) nas universidades públicas e no PROUNI. Aprendizagem e permanência na escola.

### **Colóquio 2.2 - Políticas Públicas para Superação à Violência no Ambiente Educacional.**

**Ementa** – Violência no ambiente escolar. Adequação dos espaços e práticas pedagógicas das escolas ao público infanto-juvenil. A presença de armas no

ambiente escolar. Tráfico de drogas. Garantia de atendimento educacional em áreas de risco. Atendimento multiprofissional e intersetorial na comunidade escolar. Desigualdade social, violência e discriminação. Formação continuada de profissionais do magistério e demais trabalhadores da educação voltados para a superação, no contexto escolar, das diferentes formas de violências contra crianças e adolescentes. Implementação da Lei nº 11.525/2007 (ECA na Educação Básica). A escola na constituição de uma cultura dos direitos humanos e de superação de todas as formas de violação de direitos de crianças e adolescentes. O atendimento a estudantes em medidas sócio-educativas.

### **Colóquio 2.3 – Educação, Direitos Humanos, Relações Étnico-Raciais e Multiculturais.**

**Ementa:** Definição de racismo institucional e suas principais formas de superação e combate. Manifestação de racismo da educação infantil ao ensino superior. Diferenças raciais no acesso ao mundo do trabalho e à elevação de escolaridade. Diferenças e desigualdades. Base legal de combate à discriminação. Intolerância religiosa no contexto escolar. Políticas de cotas étnico-raciais e sociais. Educação para as relações étnico-raciais. Resistência cultural e afirmação das expressões culturais das classes sociais populares. Integração e articulação dos sistemas de ensino, dos profissionais da educação e dos conselhos escolares à Rede de Proteção Integral dos Direitos de Crianças e Adolescentes.

### **Colóquio 2.4 – Educação, Diversidade Regional e Contextualização Curricular.**

**Ementa** - Assimetrias regionais no Brasil: diferenças e desigualdade. Relação cidade/campo no histórico do desenvolvimento brasileiro. Valorização da diversidade cultural: universalidade e especificidades. Contextualização curricular. Formação cidadã. Arranjos educacionais e curriculares locais articulados ao processamento e afirmação da cultura popular.

## **Colóquio 2.5 - Educação do Campo como política pública: concepção e implementação.**

**Ementa** - Acesso, permanência e qualidade da educação para os sujeitos do campo como direito. Ampliação da oferta de educação básica no campo como modalidade. Educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos e educação profissional no campo e o atendimento educacional especializado como complementar e suplementar à escolarização. A legislação educacional brasileira e a educação do campo. Implementação dos marcos regulatórios da educação do campo. Educação do campo: conceitos e princípios envolvidos: territorialidade, desenvolvimento sustentável, e outros. Movimentos sociais e sindicais e educação do campo. Relação entre poder público e sociedade civil na construção das políticas públicas de educação do campo. O papel dos entes federados na educação do campo. Educação para as classes multisseriadas e de multi idades (educação infantil). Políticas educacionais para a educação do campo. Educação na reforma agrária e no mundo da produção cultural camponesa. Formação inicial e continuada dos profissionais do magistério e dos demais trabalhadores da educação do campo. A necessidade de financiamento adequado para Infraestrutura, transporte escolar, material didático e pedagógico contextualizado. Monitoramento da aplicação dos recursos na educação do campo.

## **Colóquio 2.6 - Educação Escolar Indígena e Territorialidade.**

**Ementa** - As especificidades étnicas face às políticas universais de educação. Conceito de educação escolar indígena. Educação dentro e fora da aldeia. Relações aldeia/cidade. Visão de mundo e território. Processos de etnogênese. Valorização e reconhecimento das diferenças. Multilingüismo. Acesso e permanência no ensino superior. Políticas de ação afirmativa. A formação do docente indígena.



### **Colóquio 2.7 - Direito à Educação para Adolescentes, jovens e adultos em situação Sócio-educativas e para Pessoas Privadas de Liberdade.**

**Ementa** – O Brasil e o contexto internacional das políticas de educação prisional. O ECA e a educação. Conceito e práticas de atendimento de crianças e adolescente em medidas sócio-educativas. Conceito de educação prisional. EJA e educação prisional. Ensino regular e educação prisional. Valorização da educação como princípio e valor em institutos prisionais. A articulação da EPT e da EJA no contexto da educação prisional. Garantia do direito à educação de pessoas privadas de liberdade. Educação de qualidade e avaliação da educação prisional. Políticas de redução de pena por meio de atividades escolares. Formação e valorização do docente da educação para pessoas privadas de liberdade.

### **Colóquio 2.8 – Educação e Gênero**

Construção sócio-histórica de gênero, identidade e expressões de gênero. Compreensão de como a escola participa na construção de um modelo normativo de gênero, sexista e misógino. Identificação desses processos nas relações interpessoais e intergrupais, na ação institucional, no currículo e na prática pedagógica. Estratégias pedagógicas para a transformação dessas práticas, no sentido do reconhecimento e respeito à diversidade de gênero no contexto escolar na educação básica e superior. Estratégias de combate ao machismo, ao sexismo, entre outras formas de intolerância à diversidade de gênero.

### **Colóquio 2.9 – Educação e Diversidade Sexual**

A heteronormatividade nas relações interpessoais e intergrupais, na ação institucional, no currículo e na prática pedagógica. A relação entre discriminação e trajetória escolar. Percepção da homofobia como uma violência que atinge não só lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), mas todos os sujeitos. O movimento político de reconhecimento dos direitos sexuais. Estratégias pedagógicas para a transformação de práticas no sentido

do reconhecimento e do respeito da diversidade de expressões da sexualidade. Avaliação da implementação das propostas aprovadas na CONAE 2010 no Eixo temático VI – “Justiça social, educação e trabalho: inclusão, diversidade e igualdade”. A diversidade sexual como perspectiva curricular e didática. Diversidade sexual como um direito humano . Estratégias de combate à homofobia, à lesbofobia, à transfobia.

**Colóquio 2.10 - Educação de Pessoas com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Super Dotação: desafios e perspectivas para as políticas públicas.**

**Ementa** - Educação Especial na perspectiva inclusiva. Acesso e permanência de pessoas com deficiência na educação básica e superior. Formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado e práticas educacionais inclusivas. Altas habilidades/Super-Dotação: estratégias para identificar e maximizar o desenvolvimento das potencialidades. Marcos legais políticos e pedagógicos da educação especial na perspectiva inclusiva. Articulação entre a educação especial e a educação para o mundo do trabalho. A garantia das condições de acessibilidade para plena participação e aprendizagem das pessoas com deficiência à formação profissional.

**Colóquio 2.11 - Políticas de Educação de Jovens e Adultos na perspectiva da educação ao longo da vida.**

**Ementa** - Fases históricas da oferta de EJA. Financiamento da EJA no Brasil. Formas de acesso à EJA. Semelhanças e distinções entre EJA e Educação Popular no Brasil. Experiência das centrais sindicais em EJA. Valorização dos profissionais de EJA. O ENCCEJA (Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos) e outras formas de avaliação. Idade mínima para o ingresso à EJA. Regulação da oferta da EJA pelo setor público e privado. A combinação histórica entre EJA e EAD. EJA integrada ao mundo do trabalho, na perspectiva da Economia Solidária. Universalização da alfabetização. O analfabetismo funcional e as políticas de EJA. EJA integrada à qualificação social e profissional para o campo. Concepção de Não-Formal e

de Educação Sócio Permanente: Educação de Jovens, Adultos e Idosos, para além da escolarização, ao longo da vida.

### **Colóquio 2.12 - Educação Escolar Quilombola: desafios na implementação das Diretrizes Nacionais.**

**Ementa** – Caracterização e histórico das comunidades quilombolas no Brasil e dados atuais. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação nas comunidades quilombolas e os desafios de sua implementação. As peculiaridades dos processos de organização do processo pedagógico e da gestão das escolas. Os professores das escolas quilombolas. O respeito aos valores culturais e inclusão na dinâmica social nacional. Infra-estrutura, transporte escolar, material didático e pedagógico contextualizado. Monitoramento da aplicação dos recursos na Educação Quilombola.

### **EIXO III - EDUCAÇÃO, TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: CULTURA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, SAÚDE E MEIO AMBIENTE.**

**Ementa** - O papel do Estado e das políticas públicas educacionais na mudança social e no desenvolvimento sustentável: a construção de um sistema nacional de educação democrático, inclusivo e participativo. Trabalho, educação e desenvolvimento sustentável: concepções norteadoras, políticas setoriais e Inter setoriais. Conflitos socioambientais e educação: avanços e limites na implementação das políticas públicas. Trabalho, educação, diversidade cultural, ética e meio ambiente: eixos estruturantes do desenvolvimento sustentável. Trabalho, ciência, tecnologia, conhecimentos tradicionais e cultura popular: modelos de desenvolvimento e as formas de produção de comunidades e povos tradicionais. Movimentos sociais, sindicalismo, educação, sustentabilidade e a luta contra a precarização do trabalho e da saúde públicas. O respeito à diversidade cultural e à biodiversidade nas políticas públicas de educação, saúde, cultura e trabalho. A interação das instituições de ensino superior com o projeto de desenvolvimento nacional.

### **Colóquio 3.1 – Educação e Trabalho, Inclusão social e participação cidadã.**

Perspectivas críticas para uma educação profissional emancipatória. Educação para o trabalho e movimentos sociais. Papel das organizações sindicais no debate da educação profissional emancipatória e o trabalho. Educação profissional e a formação para o mundo do trabalho. Os processos de inclusão social na educação profissional. Experiências sindicais em educação profissional. Financiamento público e privado da educação profissional. Educação profissional e a formação para o trabalho no campo. A educação inclusiva e a educação profissional. A formação para o trabalho das pessoas com deficiência e o papel dos movimentos sociais.

### **Colóquio 3.2 - Educação Superior e sociedade: ensino, pesquisa e extensão.**

**Ementa** - A forma de produção do conhecimento no ensino superior e função social da universidade. A integração entre graduação e pós-graduação. Pesquisa acadêmica e pesquisa aplicada (SINASEFE). O papel da extensão universitária e os desafios da intervenção e interação Intersectorial. O diálogo entre a pesquisa e as demandas sociais e econômicas. Financiamento das pesquisas e compromisso social. Pesquisa, mercado e bem público. Movimentos sociais e conhecimentos produzidos pela pesquisa. Propriedade intelectual e produção científica. Pesquisa e formação de professores na perspectiva do atendimento do direito à educação.

### **Colóquio 3.3 - A Pós-graduação, a produção e a socialização do conhecimento científico.**

**Ementa** - Nichos de produção de conhecimento científico na sociedade brasileira. Formas de financiamento da pesquisa no ensino superior e na educação básica. Socialização do conhecimento científico nas ciências exatas e humanas. Comunidades científicas e poder político. A educação superior na produção e socialização do conhecimento. A cooperação internacional na produção e na difusão do conhecimento. Articulação entre educação, ciência e

tecnologia para a auto sustentabilidade socioambiental. Iniciativas de educação superior voltadas aos trabalhadores. Articulação entre produção do conhecimento e a educação básica. Produção de patentes, Inovação e transferência tecnológica.

**Colóquio 3.4 - Educação Integrada: articulação setorial entre educação, cultura, esportes, ciências, tecnologia, saúde e meio ambiente.**

**Ementa** – Dimensão da educação como processo social mais amplo (Art. 1º da LDB). Responsabilidades educacionais compartilhadas pelos gestores dos diferentes setores da organização do Estado. A relação da educação com a cultura, o esporte, a saúde, a ciência e tecnologia e o meio ambiente. O conceito de cidade que educa. A Escola-bairro. Educação integrada e interdisciplinaridade.

**Colóquio 3.5 - Educação Ambiental e Contextualização Curricular.**

**Ementa** – Educação, produção industrial e meio ambiente. Estratégias de preservação e desenvolvimento sustentável. Construção da cultura sócio-ambiental no cotidiano escolar. Educação sócio-ambiental no mundo do trabalho. Currículo e biodiversidade.

**Colóquio 3.6 - Políticas de Expansão da Educação Profissional, Técnica e Tecnológica, Participação Social e Desenvolvimento Nacional.**

**Ementa** – A educação profissional no Brasil: histórico e perspectivas. O papel da educação profissional e tecnológica para o desenvolvimento nacional. A articulação educação básica à educação profissional para jovens e trabalhadores. A inclusão de jovens e trabalhadores por meio da Educação Profissional e Tecnológica. A educação profissional e a inclusão social.

## **EIXO IV - QUALIDADE DA EDUCAÇÃO: DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO, PERMANÊNCIA, AVALIAÇÃO, CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E APRENDIZAGEM.**

**Ementa:** Diretrizes e políticas nacionais de democratização do acesso com garantia de permanência e sucesso dos estudantes na educação básica e superior, etapas e modalidades e o papel dos entes federados. Qualidade da oferta de educação básica e superior pública e privada no Brasil. Políticas públicas para a Educação Infantil e a centralidade da ação dos municípios e do DF. Necessidade de financiamento adequado e cooperação entre União e Municípios para a expansão das matrículas (PNE e EC 59) e melhoria da qualidade da educação infantil no Brasil. Políticas públicas para o ensino Fundamental e a centralidade da ação dos municípios em colaboração com os Estados, DF e União. Políticas públicas para o Ensino médio articulado à e educação profissional e centralidade da ação dos Estados e do DF. Políticas públicas para as diversas Modalidades da Educação Básica e o papel dos entes federados. Políticas públicas para a educação superior (pesquisa, Formação Inicial e Formação Continuada: especialização, mestrado e doutorado, extensão) Políticas de ações afirmativas na educação superior. Avaliação da Educação: concepções, padrões de qualidade, melhoria da qualidade do ensino e democratização das relações educacionais. Sistemas e indicadores nacionais de avaliação da educação básica e superior (saeb, sinaes, ideb, autoavaliação...) e articulação entre os entes federados. A necessidade de adequações nos sistemas e instrumentos de avaliação existentes no Brasil.

### **Colóquio 4.1 - Subsistema Nacional de Avaliação e Qualidade da Educação: interfaces com o Plano Nacional de Educação e planos decenais correspondentes**

**Ementa** – Concepções de qualidade na educação e avaliação dos resultados e processos escolares/educacionais. Limites e possibilidades do subsistema nacional de avaliação: conceito de avaliação como processo; ação negociada e construção coletiva da avaliação. A formulação de indicadores da avaliação e as metas do IDEB. Efeitos indesejáveis que o uso inadequado das avaliações provocam na educação brasileira. A relação do sistema nacional de educação

e as avaliações externas. Especificidades regionais e metas de qualidade nos PEEs e PMEs referenciadas ao projeto nacional de educação, expresso no PNE. Padrões de qualidade para a Educação Básica e Superior: referências para efetivação do princípio constitucional. Parâmetros de funcionamento dos estabelecimentos de ensino, infraestrutura dos prédios escolares e as condições de trabalho na educação. Qualidade da educação básica e superior pública e privada e relação entre investimento, desempenho e inclusão social. As avaliações nacionais e as especificidades regionais e locais. Avaliação e regulação: estímulo e sanções.

#### **Colóquio 4.2 - Qualidade na Educação Básica: referências e efetivação do princípio constitucional do padrão de qualidade no PNE e planos decenais correspondentes**

**Ementa** - Princípios de educação e sociedade: qualidade e democracia como valores universais e o reconhecimento à diferença. A construção da qualidade social e democrática da educação para todos e todas em contexto de desigualdade e diversidade. Qualidade da educação escolar e participação popular. Valorização da diversidade e promoção dos direitos humanos: redução das desigualdades e reconhecimento da diversidade étnico-racial, de gênero, orientação sexual, geracional, regional e cultural na construção da qualidade social da educação. Referenciais e indicadores de qualidade da educação básica e as dimensões qualitativas da avaliação em educação.

#### **Colóquio 4.3 - Concepções curriculares, políticas pedagógicas e condições de aprendizagem.**

**Ementa** – Conceito de currículo e de conhecimento escolar. Currículo em movimento (como prática pedagógica no processo de aprendizagem). Currículo e qualidade social da educação: participação coletiva na definição do Projeto político pedagógico das escolas da educação básica, do ensino profissional e dos cursos de graduação e sua relação com os exames externos. Adequação curricular às normas referentes à valorização da diversidade, inclusão, ensino de libras e acessibilidade. Currículo e Cultura Popular. Atendimento educacional especializado no currículo. A relação entre fragmentação das áreas do conhecimento e sucesso na trajetória escolar dos estudantes. O

processo de formulação normativa e a organização do currículo e da escola. Articulação entre currículo, conhecimento e avaliação no cotidiano escolar. Consequências da adoção de sistemas privados de ensino por redes.

#### **Colóquio 4.4 - A universidade no Brasil do século XXI: participação social e desenvolvimento nacional.**

**Ementa** – Universidade e sociedade. Responsabilidade social da educação superior com o desenvolvimento nacional com inclusão social. Produção e socialização de conhecimentos e a participação social. Articulação das políticas de ensino, pesquisa e extensão na educação superior pública e privada. Projetos de desenvolvimento nacional e projetos de Participação Popular na Universidade do século XXI. Internacionalização das universidades brasileiras e mobilidade docente e discente. A responsabilidade da Universidade no Brasil e a formação dos profissionais da educação básica.

#### **Colóquio 4.5 - Avaliação, participação e controle social: da Educação Infantil à Pós-Graduação.**

**Ementa** - Conceitos de avaliação, participação e controle social. Relação entre avaliação e qualidade social da educação. Construção, com participação social, de diretrizes e indicadores para a avaliação da educação básica e superior e a pós-graduação. Reconhecimento da especificidade de cada etapa e nível de educação na definição dos parâmetros de avaliação. Instrumentos de avaliação da aprendizagem para gerar informações que possibilitem intervenção pedagógica dos profissionais da educação básica. Participação Popular e controle social na definição de parâmetros e monitoramento da qualidade da educação e sua avaliação.

#### **Colóquio 4.6 - Universalização da educação: acesso, condições de permanência e qualidade social no PNE e nos planos decenais correspondentes.**

**Ementa** – Garantia do acesso e das condições de permanência na educação básica e superior pública e privada. Metas do PNE de melhoria da qualidade e de ampliação da cobertura educacional na educação básica, na educação superior e na educação profissional e tecnológica. Os desafios da



universalização do acesso à educação básica e obrigatoriedade escolar da educação infantil e do ensino médio. Transversalidade da Educação Especial/Inclusiva em todas as etapas, níveis e modalidades e a garantia de condições de sua realização nos estabelecimentos educacionais. Políticas afirmativas para acesso e permanência e políticas de universalização.

#### **Colóquio 4.7 - Processos educativos e tecnologias da informação e Comunicação.**

**Ementa** – A expansão da educação e as novas tecnologias. Os desafios da inclusão digital. Redes de aprendizagens em ambientes virtuais. Uso adequado das tecnologias para favorecer a aprendizagem dos estudantes. Garantia de acesso às tecnologias de informação e comunicação aos profissionais da educação e estudantes da educação básica e superior.

#### **Colóquio 4.8 - Papel da EaD na ampliação do atendimento escolar: limites e possibilidades.**

**Ementa** - Histórico e conceito de Educação a Distância pública e privada no Brasil. Papel próprio e complementar da educação à distância. Papel e limite da EaD na formação de novos educadores no Brasil. Limites e possibilidade da EaD na ampliação do atendimento escolar: modalidades e etapas de ensino, condições geográficas e circunstâncias peculiares dos educandos. Condições de qualidade da educação em EaD. EaD e educação ao longo da vida.

#### **Colóquio 4.9 - Educação Integral: Ampliação de Tempos e Espaços Educativos.**

**Ementa** – Concepção de educação integral, escola em tempo integral e ampliação de jornada escolar, e as demandas por ampliação do tempo escolar. A articulação do Projeto Político-Pedagógico e as atividades cotidianas em unidades educacionais de jornada ampliada. Arranjos educativos locais e articulação de espaços de aprendizagem na escola e na comunidade. A intersectorialidade e a educação integrada. Participação comunitária e popular nos projetos educativos das unidades educacionais de jornada ampliada. Currículo e práticas educativas na ampliação de tempos e espaços nas unidades educacionais de tempo integral. O papel da União, dos Estados do

Distrito Federal e dos Municípios na ampliação da oferta educacional em tempo integral. Financiamento da Educação Integral no Brasil. Qualidade social da educação integral.

**Colóquio 4.10 - Políticas de Expansão da Educação Infantil: concepções de infância e de aprendizagem.**

**Ementa** – Concepções de infância e de Educação Infantil: cuidar, brincar, educar/ensinar e aprender. A docência na educação infantil e seus requisitos. Regulação da oferta e qualidade da educação infantil no setor público e privado. Construção de diretrizes e parâmetros para a avaliação nacional da educação infantil: condições de oferta e permanência. Relação entre a educação infantil e as outras etapas e modalidades da educação. O papel da União na expansão e melhoria da qualidade da educação infantil. Formação, condições de trabalho, carreira e remuneração dos profissionais da educação infantil. Subsídio público ao setor privado lucrativo e a precariedade da oferta.

**Colóquio 4.11 - Políticas para o Ensino Fundamental com qualidade: processos de avaliação e aprendizagem.**

**Ementa** - O Ensino Fundamental no Brasil: as especificidades de suas distintas etapas (ciclo da infância e séries/anos finais) e os desafios da transição (da Educação Infantil para o Ensino Fundamental e deste para o Ensino Médio). A regulação da oferta do ensino fundamental público e privado com qualidade social. Tempos, espaços e permanência no Ensino Fundamental. Garantia de condições de permanência para os estudantes. Ensino e aprendizagem e a centralidade do conhecimento nos projetos pedagógicos. Articulação entre Município, Estado, DF e União para a promoção da qualidade do ensino fundamental e seu funcionamento. Avaliação da aprendizagem como ferramenta de intervenção pedagógica no ensino fundamental para favorecer a trajetória escolar dos estudantes.

#### **Colóquio 4.12 - Políticas de Expansão do Ensino Médio: espaços e significados da educação para a juventude.**

**Ementa** - Origem e expansão do ensino médio no Brasil. Acesso e permanência. Relação entre ensino médio e superior. Relação juventude e processo de escolarização. Ensino médio e as demandas de profissionalização. A articulação do Ensino Médio à Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Oferta e qualidade do ensino médio nas redes públicas e no setor privado. As diferentes possibilidades de organização da escola e do currículo do ensino médio. Garantia de acesso e permanência do estudante de ensino médio. O papel ENEM e outras avaliações na organização e na melhoria da qualidade do ensino médio. A formação inicial e continuada adequadas e as condições de trabalho docente para uma escola de ensino médio de qualidade. Avaliações para o ingresso no ensino superior.

#### **Colóquio 4.13 - A Educação Superior como bem público e direito social: acesso, condições de permanência e qualidade.**

**Ementa** - O direito à educação superior no Brasil e no mundo. Formas de acesso e políticas de permanência. Educação superior e profissionalização. Organização da educação superior pública e privada. Políticas de expansão e interiorização da educação superior: As políticas de cotas raciais e sociais e o financiamento estudantil. Regulação, supervisão e avaliação do ensino superior.

### **EIXO V - GESTÃO DEMOCRÁTICA, PARTICIPAÇÃO POPULAR E CONTROLE SOCIAL.**

**Ementa** – Participação popular, controle social e a construção da gestão democrática. Políticas de gestão democrática (nacional, estadual/distrital e municipal). Instâncias e fóruns de participação (fóruns de educação, conselhos). Formas de organização, movimento social e gestão da educação e da escola. Projeto de Desenvolvimento Institucional e Político Pedagógico e sua relação com a avaliação institucional. Autonomia das instituições educativas de educação básica e superior. A construção das Diretrizes Curriculares da Rede ou Sistema de Ensino e a participação da comunidade escolar. Mecanismos de participação e democratização. A participação da

comunidade escolar no planejamento da Rede ou Sistema de Ensino. Inclusão e diversidade e a construção da gestão e do Projeto Político Pedagógico das escolas.

#### **Colóquio 5.1 - Gestão Democrática e Qualidade Social da Educação.**

**Ementa** – Relação entre concepção de educação e processos de gestão. Gestão democrática como princípio pedagógico e preceito constitucional. Relação entre qualidade da educação e gestão democrática. Instâncias de participação na gestão educacional: colegiados, conselhos escolares, grêmios e associação de pais. Participação popular e qualidade da educação pública.

#### **Colóquio 5.2 - Emancipação, Autonomia e Participação Popular: Desafios na Construção da Qualidade Social e Democrática da Educação.**

**Ementa** - Conceitos de autonomia, emancipação e participação popular. A concepção de educação emancipadora e sua relação com o exercício da cidadania ativa. A qualidade social e democrática da educação como processo de inclusão social, pela redução das desigualdades e reconhecimento da diversidade. Cultura das classes populares, currículo, participação e qualidade da educação. A relação entre gestão democrática e educação emancipadora.

#### **Colóquio 5.3 - Política Pública de Educação e Educação Popular no Brasil.**

**Ementa** – Educação popular como política pública. Proposta político-pedagógica transformadora da política educacional. Concepções de Educação Popular no Brasil. Educação popular, processos formativos e participação popular como *democracia participativa*: conselhos participativos, conselhos populares, como método de governo. A educação popular para além das *experiências de educação não formal*. Os princípios emancipatórios da *educação popular* como prática pedagógica na escola pública: *escola popular*, como projeto de sociedade.

#### **Colóquio 5.4 – Democracia Participativa nas Escolas, nos Sistemas de Ensino e na Organização da Educação Nacional.**

**Ementa** – Democracia representativa e participativa. Pedagogias participativas. Espaços e processos de participação popular na definição de políticas educacionais e organização dos sistemas de ensino: conselhos de educação, fóruns, conferências e outros. Saber e poder popular na construção de políticas educacionais (nas quatro esferas de poder) públicas. Participação da comunidade escolar na construção e implementação do Projeto Político-Pedagógico da escola. Conselhos escolares. Experiências de Educação Popular para a construção de Políticas Públicas de Educação.

#### **Colóquio 5.5 - Gestão democrática: Mecanismos e processos de participação popular.**

**Ementa** – Uma escola pública *republicana e democrática*. A quem pertence e a quem se destina a escola pública. Avaliação participativa da educação. Planejamento participativo e gestão escolar. Educação escolar e participação nas lutas sociais. Mecanismos de efetivação da gestão democrática. Processos participativos de gestão da escola. Espaços democráticos para a construção de políticas públicas para a educação nas quatro esferas de poder. Participação popular como pressuposto da cidadania: exercício de poder social.

#### **Colóquio 5.6 - Estado Democrático de Direito, Participação Popular, Movimentos Sociais e Educação no Brasil.**

**Ementa** - A educação nas constituições brasileiras e os movimentos sociais. Criminalização dos Movimentos Sociais e suas implicações na construção das Políticas Públicas. Lugar do movimento sindical na história da educação brasileira. Educação e Projetos de Sociedade: as principais disputas políticas no cenário atual. Os movimentos dos educadores nas constituintes, na LDB e nos planos de educação

### **Colóquio 5.7 – Sistemas de Ensino e Gestão Democrática**

**Ementa** – Organização da educação no Brasil e os conselhos de educação como espaço de autonomia e de participação social. A natureza dos conselhos de educação. Posição dos conselhos nos sistemas de ensino. A questão da autonomia e as funções dos conselhos de educação.

### **Colóquio 5.8 – Autonomia escolar e responsabilização docente na gestão educacional**

**Ementa** – Gestão educacional orientada por resultados acadêmicos e autonomia docente. Os vínculos entre a avaliação de desempenho dos alunos e a produtividade docente. As políticas de responsabilização docente e os sistemas de bonificação aos docentes. A eficácia na gestão escolar e os fins da educação. Autonomia escolar e descentralização da gestão: currículo, avaliação e a busca de resultados. Gestão educacional e prestação de contas (accountability).

## **EIXO VI - VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO: FORMAÇÃO, REMUNERAÇÃO, CARREIRA E CONDIÇÕES DE TRABALHO.**

**Ementa** - Profissionais da educação: identidade e especificidades. Políticas de Valorização dos Profissionais da Educação: diretrizes nacionais para a formação, remuneração, piso salarial, carreira e condições de trabalho e valorização. Valorização dos profissionais da educação e diversidade: professores indígenas, quilombolas e do campo. Políticas específicas de estímulo à formação inicial e continuada dos profissionais da educação. Planos de carreira e piso salarial nacional. O papel da União na garantia de salários iniciais e carreira para os profissionais da educação básica pública no Brasil. Políticas de prevenção e promoção da saúde do profissional da educação. Mobilidade e internacionalização. Participação e controle social. Formação inicial em nível superior, pós-graduação (cursos/programas) e pesquisa: Papel dos Fóruns Estaduais e Distrital Permanentes de Apoio à Formação Docente na definição das políticas de formação e valorização dos profissionais da educação.

### **Colóquio 6.1 - Formação Inicial e Continuada de Professores: Políticas e Desafios.**

**Ementa** – Estruturas Institucionais de formação inicial e continuada de Professores. Conteúdos da formação dos professores. As diferentes concepções de formação de professores. Articulação entre educação básica e ensino superior na formação dos professores. A LDB e a responsabilidade dos entes federados na formação dos professores da educação básica. Formação presencial e a distância. Formação continuada dos professores do ensino superior e profissional. Valorização da diversidade e promoção dos direitos humanos. Redução das desigualdades e reconhecimento da diversidade étnico-racial, de gênero, orientação sexual, geracional, regional, cultural e campo-cidade na formação inicial e continuada.

### **Colóquio - 6.2 - Funcionários de Escola e Pessoal Técnico-administrativo: Formação e Identidade Profissional.**

**Ementa** – Reconhecimento do papel dos funcionários e pessoal técnico-administrativo na gestão escolar e universitária. Valorização e profissionalização. Instâncias de participação na gestão democrática. Princípios e diretrizes do Plano de Carreira para funcionários de escola e pessoal técnico-administrativo.

### **Colóquio 6.3 - Valorização dos Profissionais da Educação: desafios e perspectivas.**

**Ementa** – As dimensões da valorização. Valorização e formação: plano nacional de formação; políticas permanentes de formação; formação em serviço; articulação sistemas de ensino e instituições formadoras. Valorização e Planos de Carreira: vencimento, remuneração, e benefícios da carreira por meio do tempo efetivo exercício, formação e merecimento. Avanços ou retrocessos nas Políticas atuais de Bônus por desempenho nas avaliações nacionais e ou estaduais: meritocracia e criação de carreiras paralelas. Valorização e condições de trabalho e saúde. Políticas de acesso à cultura, lazer e esportes.

Políticas atuais de Bônus por desempenho nas avaliações nacionais meritocracia e criação de carreiras paralelas. Políticas de acesso a cultura, lazer e esporte. Valorização e condições de trabalho e saúde.

**Colóquio 6.4 - Piso Salarial, Diretrizes Nacionais de Carreira, Desenvolvimento Profissional, Reconhecimento Social e Melhoria das Condições de Trabalho na Educação Escolar.**

**Ementa** - Luta histórica por um piso nacional. Art. 206 da Constituição Federal. Leis nºs: 9394/96 – LDB - 11.494/2007 – FUNDEB - e 11.738/2008 - Piso. Resoluções CNE nº 2 e 5 de 2009, sobre Diretrizes Nacionais de Carreira do Magistério e dos funcionários de escola da Educação Básica Pública. A nova realidade da educação básica pública no Brasil e a necessidade de uma nova estrutura de carreira para o magistério. Adicional noturno. Aposentadoria diferenciada. A realidade do setor privado.

**Colóquio 6.5 - A Formação dos Profissionais da Educação e a qualidade da educação a distancia.**

**Ementa** – Eficácia da educação a distância na formação inicial dos profissionais da educação. Conteúdos mínimos de formação para ingresso na carreira. Heterogeneidade regional, campo/cidade e aldeias. Qualidade da educação a distância na formação dos continuada dos profissionais da educação. Educação a distância pública e privada na formação dos professores. Certificação de professores e avaliação

**Colóquio 6.6 - A Educação Básica e Superior e as Tecnologias de Informação e Comunicação e os Conteúdos Multimidiáticos.**

**Ementa** - Interatividade em sala de aula na educação básica e superior nos setores público e privado. Perspectiva crítica da informação multimidiática. Reorganização curricular; relação espaço/tempo; qualificação da capacidade de intervenção social.



**Colóquio 6.7 - Política Nacional de Formação: Articulação entre Ministério da Educação, Sistemas de Ensino e Instituições Públicas de Educação Básica e Superior.**

**Ementa** - Diretrizes mínimas da política nacional de formação. Definição de responsabilidades dos entes federados e seus sistemas de ensino e das instituições públicas de formação na definição e execução da política nacional de formação. Papel da escola na política nacional de formação. Relação entre cursos oferecidos e demandas apresentadas pelos profissionais da educação. Processos de ingresso e permanência nos cursos de formação continuada. Função do Fórum Estadual permanente de formação de docentes.

**Colóquio 6.8 - Políticas de Prevenção e de Atendimento à Saúde dos Trabalhadores em Educação.**

**Ementa** - Doenças decorrentes do exercício da docência e do trabalho escolar. Políticas de prevenção e atendimento. Atendimento psico-pedagógico aos trabalhadores em educação. Pesquisas e análise das condições de trabalho. Influências dos baixos salários e a intensificação do trabalho na vida profissional e particular dos profissionais da educação. O tempo dedicado ao trabalho dentro e fora da escola. As influências da prática de esportes e momentos de lazer na saúde dos profissionais da educação. Consequências da readaptação de funções.

**Colóquio 6.9 – Pacto Federativo e Piso Salarial Nacional dos Professores da Educação Básica: desafios e perspectivas.**

**Ementa** – O papel da União frente aos desafios de estados e municípios no cumprimento da Lei do Piso e o papel subsidiário da União. O impacto dos profissionais aposentados para o cumprimento da Lei do Piso. Diretrizes nacionais para os planos de carreira dos profissionais do magistério, compartilhadas em pacto federativo. Articulação dos entes federados para garantia da correção anual do piso salarial do magistério e a necessidade de permanente crescimento real na carreira. Impacto da aplicação de, 1/3 de hora/atividade na valorização dos professores e a necessidade de melhoria da qualidade do ensino. O PSPN para os profissionais da educação, conforme o artigo 206 da CF. A remuneração em uma carreira com dedicação exclusiva.

## **EIXO VII - FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO, GESTÃO, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL DOS RECURSOS.**

**Ementa** – Financiamento necessário da educação para garantia do padrão de qualidade com gestão democrática, transparência e controle social. Financiamento da educação e federalismo: papéis e responsabilidades dos entes federados no financiamento necessário para a educação pública e na gestão da educação. Participação majoritária da União no financiamento da educação. O Sistema Nacional de Educação como instrumento para superação das desigualdades regionais. Legislação tributária e seus reflexos nas assimetrias do financiamento da educação. O impacto causado na educação pelas medidas de redução e isenção de tributos. Financiamento da educação e políticas de diversidade e inclusão. Regulação do setor privado da educação e respeito ao princípio do investimento de recursos públicos para a educação pública. Financiamento da educação: atuais e novas fontes de financiamento, vinculação, subvinculação dos recursos e sistemas de controle interno (conselhos) e externo (Ministério Público e Tribunais de Contas); Financiamento da educação básica: vinculação constitucional, subvinculações, Fundeb, práticas de conveniamento, políticas de alimentação, transporte e uniforme escolar. Financiamento da Educação Superior: Reuni, Prouni, Fies, subvinculação e políticas de assistência estudantil. Arrecadação de impostos e investimento em educação pública: a necessidade de um novo modelo para garantir a efetiva melhoria da qualidade. Autonomia e responsabilidades dos dirigentes municipais, distrital e estaduais da educação. Ciclo orçamentário e gestão da educação.

### **Colóquio 7.1 - Gestão e Financiamento da Educação, Cooperação Federativa e Regime de Colaboração: Papel dos Entes Federados, distribuição e gestão dos recursos federativos.**

**Ementa** – Distribuição federativa dos recursos arrecadados pelo Estado Nacional brasileiro. Financiamento das políticas sociais e financiamento da política de educação. Responsabilidade, papel, função e limites da União na indução e coordenação das políticas educacionais. Regulamentação da cooperação federativa (parágrafo único do Art. 23 da CF/1998) e do Regime de

Colaboração (Art. 211 da CF/88). Limites e possibilidades do Plano Nacional de Educação como articulador do Sistema Nacional de Educação e indutor da coordenação federativa (Art. 214 da CF/88). PDE, PAR, PDDE, Proinfância, PNLD, Pronatec, Brasil Carinhoso, programas de alimentação e transporte escolar e demais programas federais: limites, desafios e possibilidades do atual modelo de interação federativa.

### **Colóquio 7.2 - Sistema Nacional de Educação e Financiamento: superação das desigualdades regionais.**

**Ementa** – As assimetrias regionais no Brasil: raízes históricas, econômicas e políticas. O Sistema Nacional de Educação como arranjo institucional definidor dos parâmetros de financiamento necessário da educação para a superação das desigualdades regionais socioeconômicas e educativas. Políticas de equidade ou novo modelo de financiamento da educação como estratégia para redução das desigualdades regionais. Articulação da educação com políticas de renda e saúde como meio para redução das desigualdades.

### **Colóquio 7.3 - Vinculação e Sub-vinculação dos Recursos Financeiros à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.**

**Ementa** – O conceito de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) e a vinculação da receita de tributos à educação: desafios e novas possibilidades. Os mecanismos de desvinculação dos recursos da educação. Ampliação dos mínimos constitucionais de MDE (Artigo 212 da CF/88). Ampliação dos investimentos em educação pública e transferências constitucionais, transferências automáticas e transferências voluntárias. O papel da União na complementação e em novas modalidades de Financiamento da educação pública. Esforço e limites orçamentários de Estados e Municípios no financiamento da educação. Aperfeiçoamento do SIOPE/FNDE. O conceito de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e o uso de recursos educacionais públicos para o pagamento das aposentadorias. O PAC e a educação. Estabelecimento de mecanismos eficientes para divulgação transparente da arrecadação e do investimento em educação. Limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para a valorização dos profissionais da

educação. Lei de Responsabilidade Educacional (LRE) e investimento em educação.

#### **Colóquio 7.4 - Financiamento da Educação: Gestão, Controle Social e Regulação dos Setores Público e Privado.**

**Ementa** – Histórico da legislação sobre o financiamento da educação no Brasil e o princípio do investimento público na educação pública. Barreiras e limites legais para o financiamento público do setor privado. Pronatec e Prouni. Política de conveniamento na educação infantil e especial. Entraves e desafios do financiamento para o setor público. Contratação de consultorias e sistemas apostilados e de gestão pelas redes públicas de ensino. O capital especulativo estrangeiro na educação e suas implicações. O PAC e a educação.

#### **Colóquio 7.5 - Financiamento da Educação Pública, Sistema Tributário e Fiscal.**

**Ementa** – Sistema Tributário e Fiscal brasileiro: financiamento das políticas sociais, da política de educação e reprodução de desigualdades. Os impactos das políticas de guerra e renúncia fiscal sobre o financiamento educacional. Os impactos provocados pela União no financiamento da educação pública com a política de redução e isenção de tributos. Desafios para a elevação do percentual do PIB para a educação pública e as novas fontes de financiamento da educação. A vinculação de toda a arrecadação pública, e não apenas dos impostos, para os investimentos públicos em educação. A Reforma Tributária e sua influência no estabelecimento de um Sistema Nacional de Educação. Consequências da atual legislação tributária no financiamento da educação: necessidade de reforma tributária para assegurar equidade no financiamento da educação.

#### **Colóquio 7.6 - Novas Fontes de Recursos para o Financiamento da Educação Pública.**

**Ementa** – Vinculação dos royalties, bônus e participações especiais do petróleo e, especialmente, dos recursos do fundo social do pré-sal à MDE. Responsabilidades orçamentárias com a educação dos municípios, estados e União. Maior participação da União nos investimentos educacionais públicos.

Estratégias para ampliação do investimento público em educação pública, relacionado ao percentual do PIB. Estabelecimento de patamares mínimos de investimento em educação pública. Estratégias de combate aos desequilíbrios regionais. Tributação de grandes fortunas e investimento em educação pública.

### **Colóquio 7.7 - Sistema Nacional de Educação e Política de Fundos Educacionais.**

**Ementa** – Histórico do financiamento da educação no Brasil e o surgimento da política de fundos. O financiamento do sistema nacional de educação. Desigualdades regionais e a função supletiva e redistributiva da União perante às políticas de fundos (Fundef e Fundeb). Desigualdades na arrecadação de tributos por parte dos estados e dos municípios. A participação social e popular na elaboração, construção, implementação e gestão do Fundeb. O Fundeb e outras políticas de financiamento da educação. As experiências internacionais de financiamento da educação. As propostas de criação de fundos nacionais públicos para a educação superior e profissional.

### **Colóquio 7.8 - Financiamento da Educação e Qualidade: Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi) e Custo Aluno-Qualidade (CAQ).**

**Ementa** – O gasto-aluno praticado no Fundeb e o paradigma do Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi). Estratégias para o estabelecimento de um patamar mínimo nacional de investimento por estudante capaz de garantir os parâmetros mínimos de qualidade na educação, segundo o mecanismo do CAQi. O conceito de CAQi e Custo Aluno-Qualidade (CAQ) como estratégias de ampliação do investimento em educação. O papel da União na implementação do CAQi e do CAQ. A proposição da sociedade civil na construção do CAQi e a interação entre a sociedade civil e o Estado para a construção do CAQ. O estabelecimento do Custo Aluno-Qualidade Inicial da Educação em Tempo Integral (CAQiETI). O parecer CEB 8/2010 do Conselho Nacional de Educação e a implementação da CAQi.

### **Colóquio 7.9 - Ciclo Orçamentário e Gestão da Educação: Participação Popular, Controle Social e Transparência.**

**Ementa** – As etapas do ciclo orçamentário e o financiamento da educação. Autonomia e responsabilidade dos dirigentes educacionais sobre o orçamento educacional. Efetivação da LDB, na perspectiva de que o gestor da educação seja ordenador de despesas e gestor pleno recursos da área. Mecanismos de controle social da aplicação dos recursos da educação e de responsabilização dos gestores públicos, com transparência. Aperfeiçoamento do SIOPE/FNDE. Estabelecimento de mecanismos para divulgação transparente dos dados orçamentários da educação e transparência. Formação e autonomia dos Conselhos de Educação e dos demais conselhos, especialmente o do FUNDEB. Orçamento participativo nas escolas, redes e sistemas de ensino. Os números do investimento em educação. O Legislativo e o orçamento anual da Educação. Papel dos Tribunais de Contas, Ministério Público e conselhos na área da educação.